



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 263/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2343/2014 (11vol).

Apensos: Processo nº 6043/2013 (5 vol).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL.

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Sr. Fabrício Silva Lima, Secretário da SEMJEL, à época.

6- Unidade Técnica: DICERP – Relatório de Inspeção nº. 24/2015 (fls. 2108/2110).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 463/2015-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza (fls. 2111/2117).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL. Exercício de 2013.

Contas Irregulares. Aplicação de multa. Fixação de prazo. Recomendação à origem. Notificação ao Interessado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar irregular a Prestação de Contas da **Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer-SEMJEL**, referentes ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do ordenador de despesa, **Sr. Fabrício Silva Lima**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “a”, “b” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE), considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.2- Aplicar multa ao **Sr. Fabrício Silva Lima**, Secretário à época, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 8.800,00**; em face das impropriedades 8.3.a, 8.3.b, 8.6.a, 8.6.b e 8.8;

9.3- Fixar o prazo de 15 (trinta) dias para o recolhimento da **multa** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 263/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4– Recomendar à origem que observe com rigor o cumprimento das normas legais, principalmente no que diz respeito às regras de Licitação;

9.5– Notificar o interessado com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 9ª de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro- Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição